

A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA AGROINDUSTRIAL NO ALTO VALE DO RIO URUGUAI (1967-1987)

Douglas Orestes Franzen¹

RESUMO: Buscamos compreender os aspectos relevantes na formação da classe operária da agroindústria de Itapiranga/SC, no período de 1967 a 1988. Os camponeses que passaram a ser operários adotaram novos padrões de vida e trabalho, mesmo guardando no subjetivo uma memória camponesa. A corporeidade e a subjetividade subordinadas ao ritmo de trabalho e da divisão do trabalho afetaram o cotidiano dos trabalhadores e a etnicidade, a cultura paternalista e religiosa da população local influenciaram nos processos de trabalho no interior da fábrica, refletindo nas relações de poder e na condição de subordinação do trabalhadores perante o sistema de produção da fábrica. A conjuntura de lutas operárias sindicais da década de 1980 teve reflexo na região, através do Partido dos Trabalhadores e da postura social da Diocese de Chapecó. O sindicato sofreu forte influência dos interesses da agroindústria no seu processo de fundação. Assim, acreditamos que a consciência de classe dos operários nasceu deficitária, tanto é que, o sindicato era visto pelo caráter assistencialista.

Palavras-chave: agroindústria, operários, classe social.

ABSTRACT: We seek to understand the relevant aspects in the formation of the working class of agribusiness Itapiranga / SC, in the period from 1967 to 1988. The peasants became workers adopted new patterns of life and work, even keeping in subjective memory peasant. Embodiment and subjectivity subordinate to the pace of work and the division of labor affected the daily lives of workers, paternalistic culture, ethnicity and religious influence of the local population in work processes within the factory, reflecting the power relations and the subordination condition workers before the factory production system. The situation of union workers struggles of the 1980s was reflected in the region, through the Partido dos Trabalhadores and the social attitude of the Diocese of Chapecó. The union was strongly influenced by the interests of agribusiness in the process of founding. Thus, we believe that the class consciousness of the workers born deficient, so much so that the union was seen by paternalistic character.

Key-words: agribusiness, workers, social class.

INTRODUÇÃO

¹ Graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Especialista em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Especialista em Tecnologias na Educação pela PUC-RIO, Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo, Bolsista Capes, professor da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. E-mail: douglas_franzen@yahoo.com.br

Através desse texto buscamos criar subsídios para compreender os aspectos relevantes na formação da classe operária da agroindústria de Itapiranga/SC, no período de 1967 a 1987. Mas como afirmar que foi nesse período que se formou a classe e uma conseqüente consciência de classe social entre os trabalhadores? Ora, foi esse tempo que os trabalhadores precisaram para formar o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes de Itapiranga. Queremos afirmar que a fundação do sindicato representou politicamente uma nova classe de trabalhadores numa sociedade historicamente camponesa.

Os objetivos do presente artigo são de contemplar e identificar os valores sócio-culturais dos camponeses-operários no Alto Vale do Rio Uruguai, mais precisamente no município de Itapiranga-SC; caracterizar as relações de poder no interior da fábrica e a criação do sindicato para representar os anseios da classe trabalhadora; compreender os efeitos sobre a corporeidade e a subjetividade do trabalhador subordinado ao ritmo de produção; contextualizar etnicidade e memória camponesa entre os operários e visualizar se os movimentos sindicais a nível nacional tiveram reflexo na região.

Numa sociedade historicamente camponesa, a partir da década de 1960 com a implantação de uma agroindústria, muitos sujeitos abandonaram a atividade campesina para trabalharem como operários. No entanto, necessariamente estes sujeitos não deixaram de ser camponeses em sua maioria, pois como vamos discutir adiante, muitos deles continuaram a viver no campo, e apesar de serem operários, continuaram a desenvolver pequenas atividades agrícolas em suas propriedades.

CAMPONESES-OPERÁRIOS: UM NOVO ESTILO DE VIDA

Quando pretendemos estudar um período de transição social em determinada região, buscamos compreender de que forma o ser humano se comportou com a nova realidade em que ele passou a conviver. Na verdade, numa sociedade essencialmente agrícola, com um estilo de vida característico do campesinato, o imaginário e as relações de trabalho possuem peculiaridades totalmente distintas do trabalho operário no interior de uma fábrica.

O camponês, segundo Margarida Moura, vivendo na terra e do que ele produz é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza.

A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo. (MOURA, 1986, p. 09)

E numa região colonizada de forma tradicionalmente agrícola e com fortes costumes comunitários e religiosos, o conceito de campesinato torna-se ainda mais singular. Conforme Schneider, “ser colono não significa apenas ser um agricultor que cultiva a terra, mas comportar-se de acordo com um conjunto de valores simbólicos e práticas culturais identificadas com o modo de vida colonial.” (SCHNEIDER, 2004, p. 149). Como colono ele tem a possibilidade de utilizar os seus meios de trabalho em benefício próprio: plantando os produtos básicos para seu consumo ou auxiliando nas tarefas agrícolas dos demais membros da família rural. Nesse espaço, se preservam e se revigoram as relações de inter-conhecimento, típicos do modo de vida colonial. Da essência de camponês podemos caracterizar sujeitos históricos muito vinculados à comunidade e ao ambiente natural de trabalho: a terra, o clima, a vegetação, os animais e a sociedade.

A partir da década de 1950, o processo de modernização da agricultura que começava a se desenhar no Brasil já previa como conseqüência o êxodo rural. Ou seja, com o processo de modernização da agricultura gerou-se certa demanda de mão de obra excedente que migrou para outros setores da economia. Michelle Perrot, em seu estudo sobre a classe operária na França do século XIX buscou questionar de onde a indústria tirou a mão de obra necessária para o processo de produção:

De onde a indústria moderna tirou a sua mão de obra? Como camponeses, artesãos – ou andarilhos – foram transformados em operários? Por quais meios? Por quais estratégias? Quais foram as etapas dessa transformação? Quais foram os efeitos da tecnologia, por exemplo, o papel das máquinas? Estas modificaram a disciplina? Como? Qual foi a importância da resistência contra esse novo modo de trabalho e existência? (PERROT, 1988, p. 54)

No momento em que o trabalhador abandonou o campesinato para se tornar um operário no interior de uma fábrica, ele se despreendeu do ambiente de trabalho típico da agricultura e, mesmo insistindo em preservar sua identidade camponesa, seu cotidiano de operário o forçou a adotar novas concepções de trabalho, tempo e produtividade.

Conforme Strieder, “uma nova concepção de trabalho organiza novas concepções de vida, do eu individual, do outro, das relações sociais, das relações míticas com a natureza, de novos valores, de novos projetos e de novos desafios.” (STRIEDER, 2000, 45).

Ronaldo Garcia, ao estudar a memória dos agricultores que migraram para trabalhar numa fábrica de calçados na cidade de Franca-SP, é enfático ao dizer que é no processo de transição do trabalho camponês ao operário que os trabalhadores esquecem sua identidade histórica, sendo este processo a perpetuação do esquecimento e a transformação de uma identidade rural para urbana. Além do mais, conforme Garcia, “a importância do trabalho na vida das classes populares, em última instância, remonta à própria construção de uma identidade.” (GARCIA, 1994, p. 90)

No entanto, os sujeitos de nosso foco de estudo não se tornaram essencialmente urbanos. Continuaram a conviver com os familiares, amigos e comunidade numa sociedade camponesa. Assim, podemos dizer que o imaginário dos trabalhadores da agroindústria é, ao mesmo tempo, camponês e operário. Conforme Giralda Seyferth (1999), o camponês-operário, mesmo trabalhando oito a nove horas na fábrica, ainda cultiva a terra nas horas de folga e ainda convive com um ambiente essencialmente agrícola.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS OPERÁRIOS

Para compreender as condições de trabalho dos operários na agroindústria, precisamos compreender que o sistema obedece basicamente ao modelo moderno de organização agroindustrial. Nesse sistema, a divisão do trabalho, ou trabalho parcelado é utilizado para aumentar a produção da fábrica. Muitos já estudaram os efeitos desse estilo de produção sobre os operários.

Queremos contextualizar nesse trabalho, que a divisão das tarefas, com um ritmo acelerado e constante de cortes efetuado pelo operário, afeta diretamente as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, porque, conforme Regina Weber, “o espaço da fábrica determina muito do que acontece fora dela.” (WEBER, 2002, p. 44)

Conforme Isabel Bilhão (2008),

(...) cabe destacar que é em torno da valorização do trabalho que se pode encontrar um dos mais fortes referenciais de construção de identidade operária, pois é a condição de trabalhador que dá significado a esse contingente que encontra suas condições de subsistência na venda de sua força de trabalho.

A característica da agroindústria que absorveu os trabalhadores na região era destinada primeiramente ao abate de suínos, e mais tarde, com a venda da empresa para um grupo multinacional passou-se a abater frangos em larga escala através do sistema de nórias, onde os frangos são abatidos em partes, gerando uma cadeia produtiva que podemos caracterizar como divisão interna do trabalho, com a segregação das funções entre cada funcionário.

O CORPO: ELO ENTRE O MEIO E A SUBJETIVIDADE

O homem vive em um determinado contexto social com o qual interage de forma dinâmica, pois, ao mesmo tempo em que atua na realidade, modificando-a, esta atua sobre ele, influenciando e, até podemos dizer, direcionando suas formas de sentir, pensar e agir. Estudar os efeitos sobre a subjetividade e a corporeidade é compreender de que forma o cotidiano, seja através do trabalho, da moralidade e do lazer, influencia na formação do sujeito. Por isso, acreditamos que os movimentos coordenados no ritmo da máquina, o cansaço do esforço repetitivo e flagelante, fizeram com que o trabalhador raciocinasse sobre a sua condição de existência. Esse sentimento contribuiu para que tivessem a concepção de pertencer a uma nova classe social, não mais campesina, imbuída de valores operários, que na subjetividade se juntavam à história de vida do trabalhador.

Os camponeses, no momento em que passaram a trabalhar na agroindústria, encontraram uma realidade completamente nova. A agilidade necessária para manusear a faca na linha de corte e as relações de poder institucionais certamente trouxeram complexidades para a subjetividade e a corporeidade destes sujeitos, sendo que o homem aprende a cultura através do corpo, da influência que o trabalho e a sociedade exercem sobre ele. (DAOLIO, 1995)

A redução do trabalho humano à força de trabalho, no sentido fisiológico, traz consigo uma dissociação entre a força criativa espiritual do homem e a força fisiológica

corporal, gerando um corpo autônomo, desprovido de subjetividade.(GONÇALVES, 1994, p. 22). Conforme Roy Porter (1992, p. 308), “...o corpo não pode ser tratado pelo historiador, simplesmente como biológico, mas deve ser encarado como mediado por sistemas de sinais culturais.”

Na visão de Rodrigues (1986), que estudou a apropriação do corpo ao longo dos tempos pela sociedade,

O estudo da maneira pela qual cada sociedade pressiona os seus indivíduos a fazerem determinados usos de seus corpos e a se comunicarem com eles de maneiras particulares, abre novas perspectivas para o estudo da integração social, uma vez que, por meio dessa pressão, a marca da estrutura social imprime-se sobre a própria estrutura somática individual, de forma a fazer do psíquico, do físico e do coletivo um amálgama único que somente a abstração pode separar. (RODRIGUES, 1986, p. 47)

Estudar a apropriação social do corpo é estrategicamente importante para os cientistas sociais, uma vez que ele é, sem dúvida, o mais natural, o mais concreto, o primeiro e o mais normal patrimônio que o homem possui. Numa interação entre corporeidade e subjetividade, os efeitos da estrutura do trabalho e da cultura historicamente construída pelos sujeitos, tornam-se um campo muito produtivo, pois o impacto sobre a subjetividade e o corpo dos trabalhadores, deve ser entendido como a representação que eles fazem de sua relação de trabalho com suas condições de existência. Seu sentimento de dignidade social pode ser afetado, como dizia Dejours (1992), através da vergonha de ser robotizado, de não ser mais que um apêndice da máquina, às vezes de ser sujo, de não ter mais imaginação ou inteligência, de estar despersonalizado.

A DIVISÃO DO TRABALHO

A divisão do trabalho é um processo típico da sociedade industrial que precisa produzir em grandes quantidades no menor tempo possível. Nessa perspectiva, muitos pensadores já discutiram a condição do trabalhador frente a esse processo, no qual ele está subordinado ao ritmo de trabalho que não é exigido pela sua capacidade e interesse, mas sim, pelo interesse do proprietário dos meios de produção.

Não vejo nada de mais preocupante, sob o processo político, do que esses novos sistemas industriais. Quando um operário se dedica contínua e unicamente a fabricação de um só objeto, acaba por executar esse trabalho com destreza singular, mas perde ao mesmo tempo a faculdade geral de aplicar o espírito no trabalho. Fica cada dia mais hábil e menos laborioso; pode-se dizer que ele, o homem, se degrada à medida que o operário se aperfeiçoa. (DE MASI, 2000, p. 138)

É precisamente isto que deve ser estudado pela psicopatologia do trabalho: o que acontece com a vida psíquica do trabalhador desprovido de sua atividade intelectual pela organização científica do trabalho. A função do trabalho é muito importante para o sentimento de dignidade dos trabalhadores. O grau de reconhecimento social, pelo seu esforço diário, será o termômetro de realização pessoal que o trabalhador possui de sua tarefa diária.

Na modernidade, o produtor, aquele que confecciona e que utiliza certo grau de criatividade e labor para trabalhar um produto, desconhece o seu consumidor final. O sentimento de dignidade surge no momento em que o trabalho é reconhecido pela sociedade.

No trabalho parcelado, os operários não estimulam atividades lúdicas. Ou seja, para trabalhar, o operário não precisa cultivar a criatividade, não precisa reagir perante as incertezas, porque a máquina funciona num movimento constante e repetitivo. Nesse momento, homem e máquina interagem, formando um corpo único, controlado e manipulado por um sentimento maior: a necessidade de produzir.

RELAÇÕES DE PODER E DISCIPLINA NO TRABALHO

Para compreender as relações de poder no interior da fábrica, precisamos contextualizar a cultura histórica dos operários, para visualizar a reação dos sujeitos perante situações de subordinação. A história regional demonstra que os camponeses estavam historicamente vinculados a um processo social, caracterizado por um intenso processo de subordinação, de mando e obediência, de supremacia política, ideológica e religiosa.

A começar pelo cerne da família camponesa, na qual a figura do patriarca era detentora de poderes sobre todos os extratos da família. Nela, a figura do pai era quem ditava as normas para os filhos e para a esposa. O próprio sistema produtivo familiar

estava vinculado aos desejos do patriarca. Era ele quem decidia a hora de dormir ou descansar, de trabalhar e de se divertir.

Além disso, o poder religioso exerceu forte influência na cultura regional, principalmente na fisionomia das pessoas. Os alemães, com aparências “fechadas” e corpos disciplinados, o que Nietzsche (1986) chamou de “espírito de rebanho”, que praticava a disciplina familiar e religiosa hierarquizada.

Acredito que esses aspectos da cultura regional foram determinantes na condição de disciplina e trabalho dos operários da agroindústria, como demonstram as palavras de uma operária da fábrica: “Eu sempre fiquei quieta trabalhando, não me metia na vida dos outros. Com os chefes também, porque eu nunca me metia em confusão.” (Depoimento de operária da agroindústria, 2006, acervo do autor)

A VIGILÂNCIA NO PROCESSO PRODUTIVO

A indústria moderna instituiu um modelo de trabalho no qual centenas de operários trabalham num mesmo ambiente executando de maneira similar suas tarefas. De que forma o capital conseguiu impor sua ideologia de trabalho nesse mundo de trabalhadores e tirou deles a maioria das iniciativas de mobilização coletiva? Consideramos que foi através das relações de poder entre patrão e empregado, que se construiu uma teia de obrigações, de liberações e libertações, de poder e não-poder.

Mas o grande trunfo do capital nessa sociedade moderna foi conseguir destituir a visão “tirana” clássica da personalidade do poder. Na sociedade medieval, por exemplo, as pessoas sabiam precisamente quem detinha o poder, geralmente o padre ou o rei, ou seja, sabiam exatamente a origem do poder que os forçava a efetuar determinadas tarefas. Na modernidade, o capital conseguiu transferir o poder da personalidade para a organização. Dessa a forma, o poder passou a não ter rosto, a estar diluído nas relações sociais. Todo o aparelho estava imbuído de relações de poder o que dificultava encontrar personalidades para realizar qualquer tipo de manifestação.

A personalidade (liderança) é a qualidade do físico, da mente, da oratória, de firmeza moral ou de qualquer outra característica pessoal que dá acesso a um ou mais instrumentos de poder. Entretanto, nos tempos modernos, a personalidade está primordialmente associada ao poder condicionado à aptidão em persuadir ou gerar crenças. A organização é a fonte de poder mais importante nas sociedades modernas. É,

portanto, da organização que provém a persuasão necessária e a conseqüente submissão aos seus propósitos. Segundo Galbraith (1999, p. 07), “personalidade, propriedade e organização se combinam em diversos graus. Daí surge uma combinação variável de instrumentos para a imposição do poder.”

Na agroindústria de Itapiranga esse processo se intensificou a partir do momento que ela deixou de ser regional e passou a pertencer ao capital internacional. Ou seja, foi o momento em que a Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga - Safrita faliu e foi comprada pela Ceval Alimentos S/A no ano de 1982. Esse processo trouxe novos padrões de trabalho, mais modernos e vinculados aos interesses de grandes multinacionais. Também foi esse o momento em que o poder deixou de ser local, para se tornar distante, sem face: as decisões vinham de forma vertical, vinculadas aos interesses de um padrão global.

Nos primeiros tempos era muito bom de trabalhar lá, porque não tinha muitas exigências. Depois foi piorando, porque surgiu um monte de exigências, o ambiente de trabalho ficou muito frio. No verão chegávamos lá suadas e tinha que entrar na fábrica fria, dava um choque como se alguém jogasse um balde de gelo nas costas. (DEPOIMENTO DE OPERÁRIO DA AGROINDÚSTRIA, 2006, ACERVO DO AUTOR)

Não queremos de forma alguma taxar os trabalhadores da agroindústria de forma pejorativa, mas queremos compreender que, no momento em que ele passou a trabalhar no modelo agroindustrial, ele necessariamente teve de assumir algumas obrigações que incluem a disciplina e a produção que, na verdade, são instrumentos controlados pelos proprietários da fábrica. Tendo vendido a sua força de trabalho, o operário precisa acatar as decisões de seus superiores. Todavia, casos de rebeldia e descontentamento precisam ser considerados, fato que iremos contextualizar no processo de formação do sindicato dos operários.

Numa organização como a agroindústria de Itapiranga, o poder se distribui nas mais diversas parcelas e setores de trabalho. Esse sem dúvida é um modelo preciso de imposição dos interesses da organização, porque o poder está presente em todos os espaços, pode aparecer a qualquer momento com um supervisor ou com o próprio colega de sessão. Ou seja, o poder não possui face nem personalidade, ele está presente em todos os espaços e em todos os momentos. Conforme Karl Marx,

A subordinação técnica do operário à marcha uniforme do meio de trabalho e a composição particular do corpo de trabalho, formados por indivíduos de idade e sexo diferentes, criam uma disciplina bem militar, que se torna o regime absoluto das fábricas e desenvolve, amplamente, o já mencionado trabalho dos supervisores e a distinção dos operários em trabalhadores e supervisores, em soldados e suboficiais da indústria. (MARX, 1996, p. 32)

Além disso, o poder se distribuiu entre os próprios operários no sistema cooperativo de trabalho. Ou seja, cada seção composta por diversos trabalhadores é responsável por determinada tarefa (desossar peito, por exemplo). A partir do momento em que um não trabalhar no ritmo exigido, todo o grupo acaba atrasando e ainda todo o grupo é responsabilizado pela direção da empresa. Essa situação gerou um clima de intensa pressão para produzir com disciplina e precisão. Conforme Michel Foucault:

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que essa organização primordial lhe dá um “chefe” é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente discreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. (FOUCAULT, 1987, p. 148)

Foucault também complementa que “não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos.” (FOUCAULT, 1979, p. 146). Ou seja, o corpo social que se formou no interior da agroindústria não é fruto somente do consenso dos trabalhadores, mas mais do que isso, é fruto das relações de poder impostas pelo sistema produtivo da fábrica somado à historicidade dos trabalhadores.

O companheiro de trabalho na figura do supervisor é visto pelo operário como um amigo e também como um inimigo, que a qualquer momento pode efetuar uma denúncia das atividades mal feitas. O sistema produtivo é eficiente porque distribui entre os próprios colegas de trabalho a função de vigiar um ao outro.

FORMAÇÃO DA CLASSE DOS OPERÁRIOS

Falar em classe social é delimitar determinado grupo social que possui algum tipo de vínculo perante seus membros, fator este que os diferencia de outras classes. Uma classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra ou a favor de outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Segundo Hobsbawm,

As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar. Entretanto como a classe operária foi historicamente uma classe nova – não reconhecida como coletivo social ou institucional, interna ou externamente, até um período específico -, faz sentido delinear na emergência enquanto grupo social durante um certo período. (HOBSBAWM, 1987, P. 273)

Os sujeitos envolvidos neste estudo representam, assim como afirmou Hobsbawm (1987), uma nova classe social emergente. Portanto, ao levantar a hipótese de que foi no período de 1962 a 1988 que se formou a classe operária no Alto Vale do Rio Uruguai, consideramos que foi este tempo que levaram para fundar o sindicato dos trabalhadores da agroindústria, órgão de representatividade perante a sociedade.

As experiências cotidianas dos trabalhadores: o abandono do campo, o trabalho árduo no interior da fábrica, os efeitos sobre o corpo, a subjetividade e a formação de novos sujeitos sociais são indícios concretos para a formação da consciência de uma nova classe trabalhadora na região. Christophe Dejours, estudioso das psicopatologias do trabalho, afirma que “a evolução das condições de vida e de trabalho e, portanto, da saúde dos trabalhadores, não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e das reivindicações operárias em geral.” (DEJOURS, 1992, p. 13)

Conforme Edward Thompson, a classe é:

um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja

ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1987, p. 09)

A partir do momento que os camponeses abandonaram a agricultura para trabalhar numa fábrica, conforme as hipóteses do presente artigo, seus valores de vida sofreram mudanças drásticas. Isto repercutiu necessariamente no modo como a sociedade concebia este grupo social. Daí a importância da formação de um sindicato, da formação de uma consciência de classe imbuída de um valor político.

É portanto a partir das experiências vividas dentro e fora da fábrica, no enfrentamento contra o poder do capital e do Estado, das lutas travadas contra a exploração e opressão a que se vêm cotidianamente submetidos, que os trabalhadores vão construindo uma identidade de classe e com ela vão se constituindo num sujeito coletivo capaz de criar organizações autônomas voltadas para a defesa de seus interesses. (LEITE, 1994, p. 39)

A identificação do trabalhador com sua atividade e sua classe social consiste na representação que os trabalhadores fazem de si mesmos e reflete numa auto-imagem e auto-valorização que eles constroem de sua profissão a partir das experiências vividas na produção e que se referem, nesse sentido, ao sentimento de dignidade profissional (LEITE, 1994). Este sentimento de dignidade pode ser um reflexo da desvalorização da atividade de camponês: aparente motivo de seu abandono do campo.

No entanto, muitos operários da agroindústria não sentiram a necessidade de se filiar ao sindicato. Isso porque o sindicalismo em todo o Brasil sempre foi visto, desde a Era Vargas, como de cunho assistencialista. Ou seja, o sindicato serve muito mais para firmar convênios para assistência à saúde, educação e transporte. Segundo a opinião de uma operária da agroindústria: “Não valia a pena eu ser filiada ao sindicato porque ele serve mais para coisas como cortar cabelo, ir ao dentista. Como eu moro longe de Itapiranga, não compensava eu ser filiada.”

Todavia, o fato de muitos operários não terem se filiados ao sindicato dos trabalhadores da agroindústria, não quer dizer que eles não estejam imbuídos de uma consciência de classe. Ser filiado era visto como um gasto na folha de pagamento para uma assistência social à qual o operário não tinha acesso pela distância. Veremos mais adiante, de que forma ocorreu a fundação do sindicato dos trabalhadores da

agroindústria. Assim, iremos compreender porque o sindicato possuía uma tendência assistencialista.

CONDIÇÕES DO SINDICALISMO TRABALHISTA NA DÉCADA DE 1980

A década de 1980 foi um período conturbado da história brasileira, porque firmou a formação de diversos grupos sociais que lutavam pela sua condição trabalhista. Nesta perspectiva, tomaram força os movimentos populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o Movimento dos Trabalhadores Operários, o Movimento de Mulheres Camponesas. Esses movimentos tiveram muita resistência da própria sociedade, do regime político autoritário do país e de instituições como a alta cúpula da Igreja Católica Romana. Foi um período de êxtase social, no qual os movimentos de esquerda tomaram força no país, e também na nossa região ao ponto de influenciar na formação do Sindicato dos Trabalhadores da Agroindústria de Itapiranga.

Todavia, fato interessante a destacar é o de que junto com esses movimentos de esquerda, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), que teve maior influência em classes operárias urbanas, como no grande “ABC” paulista. No entanto, na nossa região, o Partido dos Trabalhadores também se formou nas bases dos movimentos de esquerda, tanto é que esse partido foi tachado de início como “rebelde”, “terrorista”, “agitador”, “comunista”. Para termos uma noção do processo histórico ao qual o país estava vivendo, reproduzimos uma reportagem de um jornal itapiranguense da época, que publicou a opinião do papa acerca dos movimentos considerados de esquerda, ou comunistas, intitulado: “O Papa fala aos trabalhadores”

No discurso pronunciado por ocasião das comemorações do 75º aniversário da encíclica “*Rarum Novarum*”, o Papa Paulo VI advertiu novamente os trabalhadores sobre o perigo do comunismo, não se limitando a condenar o marxismo como doutrina ou teoria, mas também em suas aplicações práticas. O Sumo Pontífice ressaltou que a Igreja estabelece nítida divisão entre sua ação social e dos comunistas. Estendendo-se às diferenças até mesmo na linguagem usada. Exemplificou com a palavra “massa”, que não consta no vocabulário dos católicos, pois estes usam a designação de “povo”. O Santo Padre afirmou solenemente que a luta de classes, erigida em sistema, vulnera e impede a paz social e leva fatalmente à violência, ao atropelo, propiciando a abolição da liberdade, conduzindo, depois, à instauração de um sistema pesadamente autoritário e tendencialmente autoritário. Mais adiante o Sumo Pontífice disse: “A Igreja não aderiu, nem pode

aderir aos movimentos sociais, ideológicos e políticos que, tendo sua origem e sua força no marxismo, conservaram os princípios e os métodos negativos, por sua concepção incompleta própria do marxismo radical e, portanto falsa do homem, da história do mundo.” (JORNAL OESTE EM MARCHA, 1986, p. 217)

Esse posicionamento do Papa Paulo VI, reflete o sentimento anti-comunista existente no Brasil e no mundo nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Para além de um simples posicionamento da instituição, esse pensamento se disseminou pela sociedade e refletiu diretamente nos movimentos sociais que começaram a tomar força a partir daquele período. O Partido dos Trabalhadores nasceu da base sindical de esquerda dos trabalhadores nacionais. Ora, sabemos que os movimentos de operários são essencialmente marxistas e, por isso, para grande parcela da sociedade, são considerados “comunistas”. Sabemos também, que naquele período o Brasil convivia sob o poder da ditadura militar, a qual reprimia qualquer manifestação comunista no país, como podemos perceber no comentário feito no Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga:

algumas mulheres pediram nosso socorro porque, senhoras de mais de sessenta anos de idade que queriam encaminhar sua aposentadoria foram destratadas pelo Prefeito Municipal, chamando-as de comunistas, que se enforcassem, e por fim chamou a polícia para expulsá-las. O Pe. Inácio Kraemer e o Pe. Otmar Schwengber conversaram com as mulheres e como Prefeito, mas, ele ficou-as chamando de agitadoras do PT. O Pe. Otmar ouvindo as mulheres chocadas e desanimadas, não conseguindo adormecer, rezou até duas e meia horas da madrugada, a sua primeira prece deu apoio às mulheres e repudiou a falta de respeito com as mulheres. (LIVRO TOMBO PARÓQUIA DE ITAPIRANGA, 1987)

Neste trecho, retirado do Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, podemos perceber o quanto os movimentos de esquerda foram reprimidos tanto por órgãos oficiais como pela sociedade de maneira geral. Devemos ter presente que o apoio dos padres ao movimento das mulheres camponesas reflete a posição da Confederação Nacional dos Bispos na década de 1980. Naquele período, a igreja brasileira tinha fortes tendências de esquerda e não poucos momentos apoiaram grupos sociais de esquerda como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o Movimento Operário, o Movimento de Mulheres Camponesas. A Diocese de Chapecó, comandada na época por

Dom José Gomes, teve um papel importante na formação desses movimentos no oeste de Santa Catarina (UCZAI, 2002). É importante ressaltar que a alta cúpula da Igreja, com sede em Roma, na Itália, sempre repudiou o apoio da Igreja brasileira aos movimentos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores.

No período, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil apoiou os movimentos de esquerda que surgiram no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Todavia, esses movimentos tiveram grande resistência da sociedade que se encontrava cética com a causa social brasileira e tachava esses movimentos de “baderneiros” e “comunistas”. O Partido dos Trabalhadores, vinculado desde o início a esses movimentos, ficou conhecido por esses sinônimos, fato que irá influenciar bastante na formação do Sindicato dos Trabalhadores da Agroindústria de Itapiranga, como veremos adiante.

A FUNDAÇÃO DO SINDICATO EM ITAPIRANGA

Na região de Itapiranga os movimentos sociais começaram a tomar força a partir da década de 1980. Nessa perspectiva, surgiram o movimento das Mulheres Camponesas em busca de aposentadoria e o Movimento dos Agricultores que buscavam melhores condições de trabalho, por exemplo. Os trabalhadores do setor de carnes também sentiram a necessidade de se organizar e fundar uma Associação que pudesse representar politicamente a classe perante a direção da empresa e a sociedade.

Assim, alguns trabalhadores começaram a articular reuniões para fundar primeiramente uma Associação, que conforme a legislação nacional, depois de certo tempo, teria o reconhecimento de órgão sindical. O interessante é que os trabalhadores que primeiramente estavam interessados na fundação do sindicato possuíam grande vínculo com o movimento sindical nacional, de caráter reivindicatório e partidário (Partido dos Trabalhadores). Esses movimentos possuíam grande teor ideológico vinculado com as lutas marxistas, tendo como linha de atuação ações como paralisações na produção e greves.

É evidente que esse movimento não interessava à diretoria da agroindústria, porque estava vinculado ao movimento sindical nacional. E no mês de Outubro de 1987 começaram a se realizar reuniões para discutir a fundação da Associação dos Trabalhadores do setor de carnes de Itapiranga. É importante destacar que o sindicato

deveria representar os anseios de trabalhadores de diversas empresas do setor de carnes, não somente da agroindústria.

A legislação exigia que a convocação para a fundação da Associação fosse publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, prevendo a assembléia para o dia três de Novembro de 1987. Nessa reunião, que ocorreu na Casa Canônica da paróquia de Itapiranga, estiveram presentes sessenta e dois trabalhadores (62), sendo que foi aprovada a fundação da Associação por todos os presentes. A pauta da reunião constava da “a) Fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Itapiranga, para orientação e defesa da categoria; b) Aprovação do Estatuto Social da Entidade; c) Escolha duma diretoria provisória, para administrar a associação, até a obtenção da sua investidura sindical.” (EDITAL DE CONVOCAÇÃO DESCRITO NA ATA DO DIA 03/10/1987)

Todavia, a direção da agroindústria, sabendo da fundação da associação e do seu vínculo com o movimento sindical nacional, contestou judicialmente a legitimidade do encontro por não haver maioria dos trabalhadores presentes nessa seção. Por isso, foi convocada uma nova reunião para a fundação da associação para o dia dez de Novembro de 1987. Interessada no futuro do sindicato, a agroindústria tratou de organizar uma chapa formada por pessoas de confiança da direção da empresa.

O interessante é que, para essa reunião, a direção da empresa convocou todos os seus trabalhadores para se fazerem presente. É importante destacar que, a partir dessa dia, todas as assembléias do sindicato passaram a ser realizados na Associação Desportiva Recreativa e Cultural Seara, sede assistencial e cultural da agroindústria. Podemos concluir que, a partir desse momento, o movimento sindical deixou de ter vínculo com a igreja e com os trabalhadores de outras empresas do setor de carnes, passando a estar atrelado aos interesses da agroindústria.

Na nova assembleia do dia 10 de Novembro de 1987, estiveram presentes cento e dezesseis (116) trabalhadores, sendo que na eleição da diretoria, venceu a chapa proposta pela agroindústria. Ficam dúvidas desse processo, se realmente havia uma consciência de classe na fundação do sindicato.

As organizações, ao sentir que é impossível conter um movimento sindicalista, procuram adotar uma política na qual consigam impor seus interesses de forma dissimulada e precisa. Dessa forma, procuram infiltrar suas decisões no próprio movimento dando a aparência de que os trabalhadores possuem autonomia para se

mobilizar, possuem sua representação, mas que, na verdade, é um sindicato atrelado aos interesses da direção da empresa.

O movimento sindical dos trabalhadores do setor de carnes de Itapiranga enfrentou grandes desafios no seu processo de formação. Na verdade, o movimento deveria servir para garantir os direitos e os interesses dos trabalhadores. Todavia, a agroindústria, ao estabelecer uma cadeia de relações de poder entre seus trabalhadores, conseguiu impor, de forma dissimulada e precisa, os seus interesses, dando aos trabalhadores o direito de sindicalização. No entanto, essa sindicalização, esse movimento de classe, perdeu o seu foco principal, dando a ele o caráter assistencialista ao invés de estar imbuído de um caráter político.

Vejamos um trecho da ata da assembleia sindical do dia vinte e quatro de Novembro de 1987:

O senhor presidente falou ainda da importância do trabalho da diretoria para a conscientização do pessoal já que o nome do sindicato não era bem visto por grande parte dos trabalhadores a nível de Itapiranga, disse ainda que a empresa Seara estava dando todo o seu apoio no sentido de que a associação funcionasse, pois é um direito que cabe ao trabalhador e a associação é um elo que liga trabalhadores e empresa.

Porque o sindicato não era bem visto por todos os trabalhadores de Itapiranga? Devido ao seu conturbado processo de formação? É fácil de compreender porque a empresa não teve problemas em apoiar um sindicato que na verdade nasceu de uma intervenção da própria agroindústria, para que sua atuação política não causasse qualquer tipo de problema entre trabalhadores e dirigentes.

Essa política de contentamento dos trabalhadores é a ação mais precisa de manipulação dos trabalhadores que a organização moderna criou. Sabendo que é impossível impedir a sindicalização dos trabalhadores, a empresa concede alguns direitos, ou seja, afrouxou a corda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou compreender como se formou essa classe de trabalhadores no período de 1967 quando iniciou a produção agroindustrial, até 1987, ano de fundação do sindicato. A formação do sindicato e uma conseqüente formação de uma nova classe

trabalhadora imbuída de uma consciência de classe, esteve condicionada a diversos fatores.

A partir da década de 1950, a comunidade regional, motivada pelas políticas públicas brasileiras, iniciou o processo de modernização da agricultura. Com o potencial da região, foi implantada uma agroindústria que atraiu centenas de agricultores e os motivou a abandonar a deficiente agricultura, para ingressar no mercado de trabalho do setor secundário.

No momento em que abandonaram o setor primário, os sujeitos destituíram do seu cotidiano o estilo de vida camponês para assimilar os valores da vida operária. Vimos que, nesse processo, muitas características culturais dos camponeses foram decisivas no momento de trabalhar na fábrica.

As relações de poder no interior da fábrica se assimilavam aos padrões que o operário já encontrava na subordinação da família patriarcal e na estrutura hierarquizada da vida religiosa. Em termos gerais, a agroindústria assimilou perfeitamente a hierarquia de poder que já existia historicamente no cotidiano dos trabalhadores. Ela conseguiu transpor precisamente essas relações de poder de forma dissimulada na relação empregado x patrão e entre os próprios operários.

Pudemos concluir que o sindicato não foi visto na época por uma parcela dos trabalhadores como um órgão que os representa politicamente perante a sociedade e a direção da empresa. Ora, observando o processo de formação do sindicato, percebemos que ele já nasceu vinculado aos interesses da direção da empresa. Ou seja, o sindicato nasceu de uma conjuntura na qual seu objetivo maior, de representar política e ideologicamente os trabalhadores, foi substituído pelo sindicalismo de caráter assistencialista.

REFERÊNCIAS

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920). Londrina: Eduel, 2008.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A Ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DAOLIO, Júnior. **Da cultura do corpo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução de Jadir Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed da UNB, 2000.

EIDT, Paulino. **Porto Novo**: fé, altruísmo e contradições dos alemães no Oeste de Santa Catarina. São Paulo: Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 2006. (Mimeo)

GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1999.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migração e memória na industrialização do interior paulista** (Franca – 1960-1980). Revista História, São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da UNESP, volume 13, 1994.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar e agir**: corporeidade e educação. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

HERING, Ana Luiza Renault. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí**: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo, 1994.

MARGLIN, Stephen. **Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servemos patrões?)**. In: GORZ, André (Org). Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARX, Karl. **Da manufatura à fábrica automática**. In: GORZ, André (Org). Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOURA, Margarida Maria. **Camponês**. São Paulo: Ática, 1986.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Além do bem e do mal**: ou prelúdio de uma filosofia do futuro. São Paulo: Hermus, 1986.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTER, Roy. **História do corpo**. In: BURKE, Peter (Org.) A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SERRES, Michel. **Variações sobre o corpo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada**: A emergência humana do trabalhador agrícola. São Miguel do Oeste: Mclee. 2000.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UCZAI, Pedro (Org.) **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

WEBER, Regina. **Os operários e a colméia**: trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ARQUIVO DE JORNAIS

Jornal Oeste em Marcha. O Papa fala aos trabalhadores. Itapiranga: 23 de Julho de 1966, nº 217.

OUTRAS FONTES

Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, 10 de Julho de 1987.

Editais de convocação para reunião de fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Itapiranga. Disponível no arquivo do Sindicato.

Ata da Assembleia realizada no dia 24 de Novembro de 1987. Fonte: arquivo do sindicato.